



Relatório da consulta pública do projeto de Regulamento

Anexo D - Relatos das sessões de esclarecimento

Outubro 2020

1ª sessão de esclarecimento "Como participar na minha região?"

Região Lisboa e Vale do Tejo - 21/09/2020

O painel desta sessão foi constituído por Isabel Loureiro, Hugo Esteves e Helena Roseta, da equipa de coordenação nacional, Manuela Peleteiro, coordenadora regional, e restantes membros da equipa de coordenação regional de Lisboa e Vale do Tejo (Fernanda Marques (CCDR) e Luís Filipe Sousa (Direção Regional de Agricultura). Depois de uma apresentação inicial, a equipa de coordenação nacional esclareceu dúvidas e respondeu às perguntas colocadas oralmente e por escrito pelos participantes na sala 'zoom', bem como às questões colocadas pelos participantes no facebook do programa Bairros Saudáveis. Foi perguntado aos praticantes se autorizavam a transmissão e gravação no Facebook. A gravação da sessão é acessível em https://www.facebook.com/watch/live/?v=809258333211525&ref=watch_permalink.

Documentos: 'powerpoint' "[Apresentação do Programa Bairros Saudáveis](#)" e [ficha dos critérios de elegibilidade](#)

Visualizadores facebook em directo: 99

Visualizadores sala zoom: 12

Comentários/perguntas via facebook: 37

Comentários/perguntas via zoom: 1

Comentários no facebook:

1º comentário - Bruno Gomes

Uma equipa de apoio aos projetos é essencial. Algo importante que não se podem esquecer é o ponto de partida das organizações, pois há entidades que pagam a especialistas para fazerem "boas candidaturas" e há organizações com menos capacidade técnica que têm na cabeça grandes projetos mas a escrita na candidatura pode não ser a melhor. Podemos ter grandes "tubarões " que se irão candidatar e tecnicamente ganharão. Ongs que se podem financiar em outras praças e tiram a oportunidade de outras Ongs mais pequenas de implementarem os seus projetos.

2º comentário - Rute Gonçalves

Territórios que tenham CLDS implementados ou a iniciar não se podem candidatar e este programa por causa da questão do duplo financiamento certo?

3º comentário - Francisco Mendes da ID7 - Associação Empresarial

Se a intervenção não estiver direcionada com os exemplos dados nos diversos eixos, poderá ser elegível? Caso seja possível, devemos apresentar uma proposta prévia? Obrigado.

4º comentário - Sónia Lobato

Uma IPSS com área de atuação em dois distritos distintos pode apresentar duas candidaturas?

5º comentário - Natália Henriques

Um particular pode candidatar-se desde que constitua uma parceria?

6º comentário - Susete Margarido

Boa tarde, uma IPSS pode candidatar-se a um Projeto que abrange 2 ou mais territórios? Grata pela atenção.

7º comentário - Natália Henriques

É importante clarificar a tipologia de beneficiários elegíveis?

8º comentário - Luís Andrade

38 anos Desempregado, sem qualquer subsídio, ou rendimentos. Como posso ser apoiado?

9º comentário - Paula Myre Dôres

A figura do mentor é escolhido pelo projecto ou existem mentores do programa que apoiem?

10º comentário - Sofia Rodrigues

Boa tarde, as candidaturas têm de ter obrigatoriamente como parceiros associações de moradores?

11º comentário - Rute Gonçalves

O papel da coordenação das candidaturas deve ser feito pelas Redes Sociais... É o que faz sentido

12º comentário - Paula Myre Dôres

No mesmo projecto podem estar englobados mais de um território não contínuo?

13º comentário - Sérgio Oliveira

Como o programa tem previsto adequar modelo de consulta pública e candidaturas, à diversidade que constitui a sociedade portuguesa, principalmente não falante (ainda) da língua portuguesa, e cujos alguns movimentos têm tido papel fundamental no acesso a serviços e providenciar suporte (como o alimentar)?

14º comentário - Bruno Gomes

Há que evitar parcerias top-down, pois a coresponsabilização de grupos ativos comunitários pode cair por terra porque vai haver inibições no desenvolvimento dos projetos.

15º comentário - Cristina Oliveira

Boa tarde, várias aldeias situadas em território de baixa densidade podem fazer uma única candidatura? obrigada.

16º comentário - Concha Tello

Já foi definido quais as despesas elegíveis?

17º comentário - Ana Duarte

Num município, onde os problemas se repliquem em diferentes freguesias, pode ter candidaturas também replicadas pelas mesmas parcerias?

18º comentário - Rute Gonçalves

Os CLAS e as CSF devem ter uma palavra a dizer

19º comentário - Sara Mora Teiga

Nessa lógia Dra Helena Roseta SCML também não pode ser promotora, certo? Ou seja só pode ser parceira e não pode receber apoio financeiro, certo?

20º comentário - Sónia Lobato

Helena Roseta, obrigada pela resposta. Permitam-me outra: temos um projeto financiado pelo Programa Escolhas, num bairro de etnia cigana, vocacionado para jovens e crianças e formação e empreendedorismo. Podemos concorrer? Ou estaremos vedados pelo duplo financiamento? Grata pela atenção e votos de bom trabalho.

21º comentário - Carlos Teixeira Pinha

Quantas tranches e percentagem?

22º comentário - Sofia Rodrigues

Boa tarde novamente, quando será disponibilizado o formulário de candidatura? os três critérios de elegibilidade são verificados como? Existe um limite máximo de parceiros? Obrigada

23º comentário - Natália Henriques

O pagamento é feito contra reembolso?

24º comentário via facebook - Sérgio Oliveira Penso que seria muito interessante, caso tivessem essa possibilidade e a exemplo de outras sessões que se anunciaram para alguns movimentos associativos, efetuar sessão em inglês com ONGs migrant lead não falantes de português. Para o perspetivar, bastaria email para o endereço geral? muito obrigado

25º comentário via facebook - Ana Sofia Baptista

Boa tarde, arrendamento de um espaço é elegível? Obrigada. (esta sessão poderá ser visualizada novamente pois o vídeo fica disponível)

26º comentário via facebook - Natália Henriques

Obrigada, então não vai ser feito escrutínio dos gastos, mas sim o foco é no resultado.

27º comentário - Natália Henriques

Preocupa-me a comprovação dos critérios de elegibilidade uma vez que dependem de terceiros. Poderá ser condicionado o cumprimento do critério? Por ex. baixos rendimentos.

28º comentário - Filipa Baptista

Podemos concorrer para um bairro bipzip, onde temos a decorrer um bipzip no qual somos promotores?

29º comentário - Tiago Mota Saraiva

Muito provavelmente, numa sessão pública presencial, não haveria oportunidade para tantas perguntas e tantas respostas.

30º comentário - Sérgio Oliveira

muito obrigado pela esclarecedora sessão e pelo interesse e disponibilidade em chegarem a vários públicos

31º comentário - Susete Margarido

Boa tarde novamente, o que é considerado um "número significativo de pessoas", na ótica do Programa? Grata mais uma vez.

32º comentário - Raquel Vareda Alves

Boa tarde! No caso de projetos de Saúde, as Unidades de Saúde Pública estarão sempre envolvidas?

33º comentário - José Carvalho Ferreira

No concelho de Lisboa os territórios da Carta BIBZIP são só por si já territórios elegíveis?

34º comentário - Carlos Teixeira Pinha

Podemos pedir/saber previamente se o território é elegível?

35º comentário - Natália Henriques

Não quero monopolizar a sessão, mas permitam-me referir que € 50.000 por projeto é muito limitativo. Poderá haver exceções?

36º comentário - Graziela Sousa

Obrigada por esta sessão. Foi realmente esclarecedora. Um programa louvável e pertinente neste momento tão crítico.

37º comentário - Inês Cunha

Boa tarde. As Unidades de Saúde Pública podem ser entidades parceiras?

Comentários no 'bate-papo' da sessão zoom:

1º comentário - António Pedro Sambu

Uma organização ou associação que não está legalizada pode apresentar a sua candidatura?

2ª sessão de esclarecimento "Como participar na minha região?"

Região Norte - 22/09/2020

O painel desta sessão foi constituído por Aitor Varea Oro e Helena Roseta, da equipa de coordenação nacional, Sofia Rocha, coordenadora regional (ARS), e restantes membros da equipa de coordenação regional do Norte: Carla Vale (IEFP); Maria João Pessoa (CCDR Norte); Luís Brandão Coelho (Direção Regional de Agricultura). O painel contou ainda com a participação de Henrique Gil (ISS) e João Costa (Habitar Porto). Depois de uma apresentação inicial, a equipa de coordenação nacional esclareceu dúvidas e respondeu às perguntas colocadas oralmente e por escrito pelos participantes na sala 'zoom'. Foi perguntado aos praticantes se autorizavam a gravação para divulgação no Facebook. A gravação da sessão está acessível em

<https://www.facebook.com/watch/?extid=vPNi0Vv13YwnxYuE&v=2670010353222796>

Relator: Bernardo Alves

Documentos: "[Apresentação do Programa Bairros Saudáveis](#)" e [ficha dos critérios de elegibilidade](#)

Visualizadores facebook em directo: *não houve directo no facebook*

Visualizadores sala zoom: 97

Comentários/perguntas via facebook: *não houve directo no facebook*

Comentários/perguntas via zoom: 20

Apresentação Helena Roseta:

Helena Roseta começou por fazer a apresentação apoiada no powerpoint explicando o cronograma e o modelo de coordenação. Passou para os slides de 'a quem se dirige' e explicou os 7 critérios para ser elegível, sendo que precisa apenas de 3 para o ser. Referiu que a consulta pública está a crescer mas que esperam que haja mais respostas ainda. Explicou quem se pode candidatar, dizendo que são necessárias pelos menos duas entidades e tem de haver pelo menos uma entidade formalmente constituída. Passou a dar exemplos de várias intervenções que poderiam ser feitas no eixo da saúde, do social, económico, ambiental e urbanístico. Falou dos critérios de avaliação e do modo como se apresenta a candidatura.

Painel de convidados:

A Sofia Rocha falou em seguida e disse que as desigualdades sociais são estudadas há décadas e que são causadores de problemas de saúde, agravando-as. A Carla Vale disse que o programa pode promover o emprego e que o IEFP poderia intervir na fase da divulgação dado ter uma abrangência muito grande. O João Costa disse que a realidade e os diplomas nem sempre falam da mesma coisa, e que a participação pode ser uma forma de alavancar outro tipo de políticas no futuro, de maior envolvimento. O Henrique Gil salientou a questão de ser uma experiência 'bottom-up' e a importância da participação. Maria João Pessoa referiu que o projeto era inspirador e, junto com Luís Brandão Coelho, incidiram na necessidade de divulgação do programa.

Comentários no 'bate-papo' da sessão zoom

1º comentário via zoom - Salomé Assunção

Qual a percentagem do financiamento?

2º comentário via zoom - Ana Santos

Qual o limite orçamental das candidaturas?

3º comentário via zoom - Paula Oliveira – Vereadora Acção Social CM Guimarães

As Câmaras Municipais podem ser promotoras?

Pode haver várias candidaturas por concelho?

4º comentário via zoom - Bernardo Alves

Será possível apresentar propostas nos territórios sem passar pela Câmara Municipal?

5º comentário via zoom - Tiago Lobo dos Santos

Quanto ao ponto “ número significativo de pessoas em situação de exclusão social, idosos, sem-abrigo..” - Pode-se incluir outras situações de exclusão social?

6º comentário via zoom - Luísa Dias

Uma candidatura poderá abranger a população geral de um concelho?

7º comentário via zoom - Ana Souto

Qual a duração do Projecto?

8º comentário via zoom - Margarida Afonso

Há bonificação para criação de emprego para desempregados?

9º comentário via zoom - Elisa Santos

Câmaras Municipais podem ser parceiras?

10º comentário via zoom - Mariana Antunes

Pode-se concorrer em bairros já com intervenções mas que se considera que esses projectos não dão resposta a todas as necessidades da comunidade?

11º comentário via zoom - Catarina Costa

Entidades religiosas podem apresentar projetos?

12º comentário via zoom - Territórios CLDS

Como podem contribuir/participar?

13º comentário via zoom - Bernardo Alves

A participação da população é muito positiva mas uma vez que também depende do município, junta de freguesia e unidade de saúde, os prazos de candidatura e entrega de documentação podem ser alargados?

14º comentário via zoom - Ernesto Machado

Projecto de ensino de português a cidadãos refugiados pode ser considerado?

15º comentário via zoom - Sandra Esteves

Não preencher questionário do site inviabiliza fazer candidatura?

16º comentário via zoom - Paula Oliveira – Vereadora Acção Social CM Guimarães

IPSS podem envolver-se?

17º comentário via zoom - Qual o número máximo de parceiros?

18º comentário via zoom - Qual a forma mais rápida de colocar dúvidas?

19º comentário via zoom - Fernando Paulo – Vereador Habitação, Coesão Social e Educação da CM Porto:

Contributo – Sugestão - Em alternativa às JF/unidades de saúde também as CM/redes sociais podem aprovar/atestar territórios e apoiar nas candidaturas; importância e proximidade dos Municípios como facilitadores e promotores destas iniciativas com mais meios que as JF.

20º comentário via zoom - Fernanda Silva, Vereadora CM Bragança

Território do interior e envelhecido já dá primazia ao trabalho em rede – irão divulgar junto da rede social

Debate com o público:

Houve um conjunto de contributos por parte de representantes dos municípios:

Fernando Paulo, vereador de habitação da CM Porto, disse que seria interessante as câmaras poderem fazer as confirmações de elegibilidade. Helena Roseta disse que iria ser possível e que esse era um dos motivos para a câmara não poder ser um parceiro candidato.

Paula Oliveira, da CM Guimarães, pergunta se se era possível um representante dos Bairros Saudáveis, poder participar numa reunião em Guimarães. Aitor Varea Orto disse que a ERN está disponível. Fernanda Silva Vereadora de Bragança disse que a câmara iria divulgar nas suas redes e que iriam certamente aparecer propostas interessantes em Bragança.

A equipa de coordenação regional do Norte e Helena Roseta deram ainda alguns contributos:

Sofia Rocha disse que as entidades de saúde estariam dispostas a ajudar candidaturas. Helena Roseta respondeu à questão sobre o ensino do português a refugiados e referiu que caso seja necessário ajuda podem contactar a equipa para obter informações sobre como identificar estes territórios. Helena Roseta disse que a gravação iria ser colocada no zoom e a apresentação disponibilizada no site. Em relação a futuras comunicações, informou que a forma mais rápida de contactar seria e-mail para geral@bairrossaudaveis.gov.pt

3ª sessão de esclarecimento "Como participar na minha região?" Alentejo e Algarve – 24/09/2020

O painel desta sessão foi constituído por Mário Jorge Santos e Helena Roseta, da equipa de coordenação nacional, José Velez, coordenador regional do Alentejo, Josélia Gonçalves, coordenadora regional do Algarve, e restantes membros das equipas de coordenação regional do Alentejo: Cristina Varela (IEFP); Fernanda Marreiros (ARS); Hugo Soudo (ARS), Sandra Cardoso (CDSS - Portalegre) e do Algarve: António Palma e Marco Malanho (IEFP); Aquiles Marreiros (CCDR), Alexandre Cunha (Direção Regional de Agricultura) e Maria Margarida Flores (CDSS - Faro). Na sessão interveio também Sílvia Madeira da Associação Odiana.

Depois de uma apresentação inicial, a equipa de coordenação nacional esclareceu dúvidas e respondeu às perguntas colocadas oralmente e por escrito pelos participantes na sala 'zoom', bem como às questões colocadas pelos participantes no facebook do programa Bairros Saudáveis. Foi perguntado aos praticantes se autorizavam a transmissão e gravação no Facebook. A gravação da sessão está acessível em https://www.facebook.com/watch/live/?extid=SDrewNFxqbWadx1k&v=2990707647701003&ref=watch_permalink

Documentos: 'powerpoint' "[Apresentação do Programa Bairros Saudáveis](#)" e [ficha dos critérios de elegibilidade](#)

Visualizadores facebook em directo: 82

Visualizadores sala zoom:14

Comentários/perguntas via facebook: 41

Comentários/perguntas via zoom: 9

Apresentação Helena Roseta:

Coordenadora Nacional, Helena Roseta, deu início à sessão com a apresentação do Programa dos Bairros Saudáveis destacando a participação verificada até ao momento na consulta pública nacional (na primeira semana de consulta pública já tinham recebido 170 respostas) e as etapas e cronograma previstos para 2020/2021. Também aprofundou e clarificou as quatro perguntas fundamentais do programa: a quem se dirige? Quem pode candidatar-se? Para fazer o quê? Quem e como se avaliam os projetos?

Relativamente aos critérios de elegibilidade, foi referido que os projetos apresentados terão de cumprir 3 de 7 critérios, (1) más condições de habitação; (2) rendimentos baixos; (3) número significativo de pessoas de risco em caso de COVID-19 (idade e doenças crónicas); (4) difícil acesso à saúde, incluindo à medicação; (5) cobertura do Programa Nacional de Vacinação inferior a 95 %; (6) crianças e jovens em idade escolar com pouco acesso ao ensino; (7) número significativo de pessoas em exclusão social, isolamento ou abandono (idosos, pessoas em situação de sem abrigo ou vítimas de tráfico). "Quem é que se pode candidatar?", foi uma questão que levantou algumas dúvidas, nomeadamente na distinção entre entidades promotoras e entidades parceiras, uma vez que todas as candidaturas devem ser apresentadas por uma parceria territorial. Esta parceria local tem de ser constituída por pelo menos duas entidades, das quais uma como promotora e outra como parceira, e pode integrar associações, organizações de moradores, coletividades, organizações não-governamentais, IPSS, cooperativas ou outras entidades da economia social e ainda, no caso das parceiras, grupos

informais organizados para o efeito. Para tanto, foi referido que as entidades promotoras têm de ter personalidade jurídica, as parceiras podem ser da natureza informal. “Para fazer o quê?” foi outra das questões debatida e assenta em 5 eixos de intervenção: saúde; social; económico, ambiental e urbanístico. No que concerne à questão “quem e como se avaliam os projetos?”, foi explicado que estes serão avaliados por um júri (terá ainda que ser homologado) que terá por base a pertinência do projeto, a participação da comunidade, a coerência e exequibilidade, a originalidade e caráter inovador e o potencial de sustentabilidade do projeto.

Painel de convidados:

Após a apresentação do Programa houve lugar a intervenções pelos presentes no painel da sessão, iniciando-se com a Sílvia Madeira da Odiana – Associação para o Desenvolvimento Local do Baixo Guadiana que apresentou a perspetiva desta associação relativamente ao Programa Bairros Saudáveis. Seguidamente, a intervenção de Mário Jorge Santos que esclareceu a importância do contributo do setor da saúde, uma vez que os dados da saúde são importantes para fundamentar o projeto e as entidades regionais (ARS) podem ajudar, nomeadamente na definição da pertinência do projeto.

José Velez da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, informou que diversas autarquias (particularmente Câmaras Municipais) e algumas Associações já tinham pedido esclarecimentos ou mostrado interesse no Programa Bairros Saudáveis. Realçou a importância das Equipas Regionais para estabelecer as pontes necessárias ou possíveis e ajudar a divulgar e esclarecer dúvidas. Estas reuniões/sessões são igualmente essenciais para divulgar, esclarecer, motivar e aumentar a coesão do Projeto e seus intervenientes. Aquiles Marreiros da CCDR Algarve fez referência, também, à relevância do trabalho das Comissões Regionais para cumprirem os objetivos do programa dos Bairros Saudáveis e da parceria estabelecida com o Alto Comissariado para as Migrações que se disponibilizou para traduzir os materiais de divulgação do programa para diversas línguas, direcionando assim a informação, também, para a comunidade estrangeira presente em Portugal.

Comentários no chat do facebook:

1º comentário via facebook - Luz Esteves

Como não assisti à apresentação da minha região - Lisboa e Vale do Tejo, estou a assistir a esta. Pelo que compreendi não tenho de selecionar um bairro. Posso alargar o projeto a toda a Vila da Golegã, em vez de selecionar só um bairro?

2º comentário via facebook - Elsa Gonçalves

boa tarde! Vamos ter acesso aos documentos desta apresentação?

3º comentário via facebook - Dina Barreto

Boa tarde, pretendiamos saber em relação aos direitos e deveres dos grupos de moradores, somente participam com o levantamento das necessidades na parceria? - Adquirir um contentor (pré-fabricado) é elegível? - As universidades privadas podem ser parceiros? E recebem financiamento na parceria? Obrigada

4º comentário via facebook - Imigrantes Sines

Boa tarde, Quando se refere á requalificação do espaço, os centros comunitários situados nos bairros poderão ser considerados ?

5º comentário via facebook - Carla Fernandes

Existe alguma distribuição regional prevista para este programa? Limite de candidaturas aprovadas por região?

6º comentário via facebook - João Nuno Arroja Neves

Que intervenção podem ter os municípios? Podem ser parceiros e/ou promotores?

7º comentário via facebook - Ana Palmeira

Boa Tarde Delegação de Faro Loulé da Cruz Vermelha Portuguesa. Estamos disponíveis para parceria. Contactem-nos

8º comentário via facebook - Imigrantes Sines

Poderemos apresentar uma candidatura, um único projeto mas que englobe mais do que 1 eixo?

9º comentário via facebook - Ana Amaro

Boa tarde, a Casa do Povo do Concelho de Olhão, apresenta a sua disponibilidade para parcerias, aguardamos contatos. 10º comentário via facebook - Elsa Gonçalves As autarquias podem ser promotores ou parceiros? 11º comentário via facebook - Sandra Domingos uma ipss pode candidatar-se....

12º comentário via facebook - Lília Nunes Reis

Excelente

13º comentário via facebook - Inês Freitas

CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral está a assistir

14º comentário via facebook - Olinda Silva

Litoral Alentejano Solidário está a assistir

15º comentário via facebook - Carla Oliveira

CRI Litoral Alentejano está a assistir

16º comentário via facebook - Clara Lourenço

Boa tarde, em nome da ADCMoura. Felicitações pela iniciativa, que muito nos interessa)

17º comentário via facebook - João Machado Guerreiro

Boa Tarde! Não entendo bem a distinção entre Promotores e Parceiros. Poderiam esclarecer um pouco o papel de cada um? Obrigado

18º comentário via facebook - Margarida Flores

uma banda de musica pode ser um parceiro ?

19º comentário via facebook: Teresa Batista

Boa tarde é possível apresentar uma candidatura que englobe vários eixos?

20º comentário via facebook - Imigrantes Sines

Em termos de despesas, onde poderemos encontrar o documento que demonstre a elegibilidade, ou seja quais as despesas que são elegíveis e não elegíveis

21º comentário via facebook - Ângela Rosa

O movimento de cidadãos pelo centro de experimentação agrária de Tavira muito gostaria de contribuir no sentido de levar a cabo hortas comunitárias e de inclusão, biológicas, ligando a comunidade em torno da educação alimentar, alimentação saudável nas cantinas escolares e a dieta mediterrânica. Uma dinâmica simples mas que entre outras a explorar pode ser muito importante para a localidade . Não há nenhuma horta comunitária no concelho. Há muita população de origem asiática que vive em más condições e com pouca ou nenhuma inclusão na nossa comunidade. As hortas pluriculturais e a partilha de saberes e de conhecimento em torno da biodiversidade pode ser uma ótima forma de inclusão e interação, ao ar livre e em tempos de covid 19.

22º comentário via facebook - Manuela Lopes

As Câmaras Municipais podem ser parceiros ou apenas apoiar as parcerias que se vierem a constituir. Obrigada (pergunta igual à da Elsa Gonçalves)

23º comentário via facebook - Luis Furtado

Por exemplo uma farmácia é uma entidade privada, mas que presta serviço público na área da Saúde, que é uma área fundamental neste projeto. Assim sendo está excluída como parceiro? Já que tem uma representação e distribuição geográfica como outra entidade.

24º comentário via facebook - Ângela Rosa

Também não concordo que ponham os municípios e freguesias como promotores... Cria desigualdade na competição de projectos sim sem dúvida.

25º comentário via facebook - Vanda Afonso

Entidades criadas recentemente podem concorrer? Grata

26º comentário via facebook - Elsa Gonçalves

Os territórios que tem projetos CLDS ativo podem concorrer?

27º comentário via facebook - Natalia Chaves

Podemos candidatar-mo-nos para a melhoria de projetos já existentes?

28º comentário via facebook - Manuela Lopes

Uma munícipe de Barrancos também está a assistir e muito interessada

29º comentário via facebook: Dora Guerreiro TAIPA Odemira

Qual a % de adiantamento inicial?

30º comentário via facebook: Stephen Hugman CPCJ Monchique e associação A Nossa Terra.

O programa tem condições de "números significativos" de população. Como é que este programa seja aplicável num território com população pequena e dispersa?

31º comentário via facebook - Teresa Batista

É possível esclarecer a tipologia de projeto de Serviços à comunidade que pode ir até 25 mil euros. Obrigada

32º comentário via facebook - Marco António

Segue um cumprimento desde a Ugt Portalegre, incluído o amigo Alexandre Cunha.

33º comentário via facebook - Vanda Afonso

Muito Bem Dra Helena

34º comentário via facebook - Natalia Chaves

As UCCs (Unidades de cuidados à comunidade) podem candidatar-se?

35º comentário via facebook - João Machado Guerreiro

Há alguém no concelho de Serpa que gostasse de ser parceira

36º comentário via facebook: Ângela Rosa

Muitos parabéns! Um programa para todas as pessoas, para os cidadãos!!

37º comentário via facebook - Dores Correia

É possível conhecer/ saber quem são as equipas de coordenação regional? nomeadamente para o Algarve?

38º comentário via facebook - Joana Matos

E de outras entidades publicas.? Parabéns pelo debate muito esclarecedor.

39º comentário via facebook - Dores Correia

Obrigada Bairros saúdaveis!

40º comentário via facebook - Rui Venâncio

Excelente iniciativa! Muitos Parabéns! Grato pelos esclarecimentos prestados! Julgo que será bastante útil para o desenvolvimento de projetos nomeadamente de âmbito sociocultural na perspectiva da proximidade com a comunidade! Bem hajam!

41º comentário via facebook - Ângela Rosa

Muito bem!! O Movimento de cidadãos pelo Centro de Experimentação Agrária, que lutou pela revitalização do CEAT está presente!!! Muito obrigado Alexandre Cunha! Estamos juntos em parceria com a Associação In Loco, já propomos noutros meios e muito agradecemos, e também a este belíssimo projecto vamos propor 😊 forte bem haja * e saúde pra todos nós

Comentários no chat da sessão zoom:

1º comentário via zoom - Seg Social - Patrícia Neto Martins

A complementaridade face a outros projetos no território é um item avaliado e pontuado? Em qual dos critérios de avaliação?

Qual a percentagem da 1ª tranche a transferir como adiantamento? Existe apresentação de pedidos de pagamento intermédios ou somente o envio de relatórios para apreciação?

2º Comentário via zoom - Ricardo

É elegível aquisição de viatura?

3º comentário via zoom - Seg Social - Patrícia Neto Martins

Na submissão de candidaturas é exigida a apresentação de cartas de parceria? Obg

4ª comentário via zoom - Sílvia Madeira

Muito obrigada pelo convite e pelos esclarecimentos. Terei de ausentar-me mas certamente entraremos em contacto. Obrigada mais uma vez pela gentileza

5ª comentário via zoom - Alexandre Cunha

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP Algarve) deu início ao desenvolvimento do projeto integrado para reabilitação e sustentabilidade futura do Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT), polo da Rede de Inovação recentemente anunciada pelo Ministério da Agricultura, no âmbito da iniciativa "Alimentação Sustentável" da Agenda para a Inovação na Agricultura 20|30. A DRAP Algarve constituiu uma parceria com diversas entidades, por forma a ultimar esforços e maximizar sinergias, no sentido de criar uma estrutura de proximidade e promover dinâmicas locais e regionais, com foco na Dieta Mediterrânica. Reconhecendo a importância do CEAT enquanto espaço agroambiental único, localizado em pleno coração da cidade de Tavira, eleita comunidade representativa da candidatura portuguesa da Dieta Mediterrânica a Património Cultural Imaterial da Humanidade, e conscientes da relevância do projeto em causa, a Câmara Municipal de Tavira, a CCDR Algarve, a Universidade do Algarve, a Ciência Viva, a Direção Regional de Cultura do Algarve, a RTA e a associação IN Loco, aceitaram o repto para constituição do comité de pilotagem desta parceria. Para além da continuidade da manutenção e ampliação das coleções existentes no CEAT, como a coleção ampelográfica de castas de uva de mesa e de vinho (brancas e tintas), a coleção de alfarrobeiras, figueiras e a coleção de pêros de Monchique (entre outras), algumas destas, únicas no País; perspectiva-se: - A criação da Quinta da Dieta Mediterrânica, integrada na nova geração de projetos ("quintas") da Ciência Viva; - A instalação do Centro de Competências / Interpretação da Dieta Mediterrânica; - A possibilidade de retomar o processo de criação de um Museu do Mundo Rural do Algarve, num edifício já cedido ao Município de Tavira para esse fim; - A instalação de uma horta urbana numa parcela de terreno, protocolada para esse efeito com a Câmara Municipal de Tavira; - Abertura e disponibilidade para a realização de projetos de experimentação / investigação em parceria

A instalação de uma horta urbana numa parcela de terreno, protocolada para esse efeito com a Câmara Municipal de Tavira; - Abertura e disponibilidade para a realização de projetos de experimentação / investigação em parceria com outras entidades, nomeadamente a Universidade do Algarve. O CEAT pertence à DRAP Algarve/ Ministério da Agricultura que administra e gere este espaço e que decide as ações para além das citadas anteriormente, todas as demais iniciativas serão analisadas pela DRAP Algarve.

6ª comentário via zoom - Ana Costa

E também tem estado presente a Sandra Cardoso do Centro Distrital de Portalegre que, entretanto, teve que se ausentar

7ª comentário via zoom - José Velez

deixo-vos os meus contactos e disponham: José Velez, jose.velez@drupal.min-agricultura.pt

8ª comentário via zoom - Alexandre Cunha

Ângela Rosa boa tarde, Bem haja e saúde para todos vós! Vamos falando.

9ª comentário via zoom - Margarida Flores

parabéns pela iniciativa

4ª sessão de esclarecimento "Como participar na minha região?"

Região Centro – 25/09/2020

O painel desta sessão foi constituído por Tiago Mota Saraiva (moderador) e Helena Roseta, da equipa de coordenação nacional, António Morais, coordenador regional do Centro e restantes membros das equipas de coordenação regional do Centro (Paula Urbano Antunes (IEFP), Maria Manuela Veloso (CDSS - Coimbra), Adosinda Henriques (Direção Regional de Agricultura).

Depois de uma apresentação inicial, a equipa de coordenação nacional esclareceu dúvidas e respondeu às perguntas colocadas oralmente e por escrito pelos participantes na sala 'zoom', bem como às questões colocadas pelos participantes no facebook do programa Bairros Saudáveis. Foi perguntado aos praticantes se autorizavam a transmissão e gravação no Facebook. A gravação da sessão está acessível em

https://www.facebook.com/watch/live/?extid=XXGPiPEXFIBozk4z&v=339729304117868&ref=watch_permalink

Documentos: 'powerpoint' "[Apresentação do Programa Bairros Saudáveis](#)" e [ficha dos critérios de elegibilidade](#)

Relatores: Sofia Meneses e Tiago Mota Saraiva

Visualizadores facebook em directo: 54

Visualizadores sala zoom: 8

Comentários/perguntas via facebook: 26

Comentários/perguntas via zoom: 0

Apresentação Helena Roseta:

Helena Roseta começou por fazer a apresentação apoiada no *powerpoint* explicando:

- as etapas e o cronograma;
- o modelo de coordenação;
- a estrutura do projecto de regulamento, com base em 10 perguntas para responder aos 10 Capítulos,
- a quem se dirige o programa e os 7 critérios para ser elegível, sendo que só necessita de 3 para ser elegível, mostrando como terá que ser preenchida a ficha dos critérios de elegibilidade;
- o tipo de recolha utilizada na metodologia de identificação dos territórios vulneráveis;
- apresentação do mapa com a evolução da localização de territórios elegíveis, obtida com as cerca de 400 respostas da consulta pública;
- quem pode candidatar-se, sendo obrigatoriamente necessário duas entidades, pelo menos uma promotora que tenha personalidade jurídica e uma parceira, que pode ser informal;
- os 5 eixos de intervenção, saúde, social, económico, urbanístico e ambiental, dando exemplos de várias intervenções possíveis para cada um deles;
- quem avalia as candidaturas é um júri independente, quais são os critérios de avaliação;
- como se pode participar na consulta pública no site do programa;
- os 7 passos necessários para elaborar e apresentar uma candidatura
- qual a forma mais rápida de contactar – através do e-mail para geral@bairrossaudaveis.gov.pt

Painel de convidados:

António Morais (ARS) - Demonstrou a disponibilidade das autoridades de saúde em colaborar com quem se quiser candidatar, nomeadamente da Entidade de Saúde Escolar, das Entidades de Cuidados da Comunidade e das Unidades de Recursos Partilhados dos Centros Saúde.

Paula Urbano Antunes (IEFP) - Afirmou que as questões relacionadas com o emprego também são importantes para o bem-estar pessoal, que a falta deste não se relaciona somente com a falta de saúde. Demonstrou a disponibilidade do IEPF para colaborar nos projectos dirigidos ao eixo económico, e que o programa pode promover o emprego no que se relacionou com o emprego local e o empreendedorismo, nas acções de formação, recuperação de ofícios antigos e no apoio a novas formas de cooperativismo. Sendo a reabilitação profissional das pessoas com deficiência uma das atribuições do IEPF, também nos projetos centrados no eixo urbanístico este poderá ser chamada a dar os seus contributos quando estes visem a melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada que reúnam condições para acederem ao mercado de trabalho.

Adosinda Henriques (DRA) - Afirmou que este programa é importante para alavancar projectos que se relacionem com a alimentação saudável e sustentável, como a criação de hortas colectivas, a realização de acções de sensibilização para a produção biológica e para o consumo consciente, fomentando a opção por alimentos saudáveis e evitando o desperdício alimentar e, ainda, a criação de pequenos mercados locais ou promovendo outros circuitos curtos de comercialização que permitam a venda de alimentos da produção familiar a preço justo, quer para produtores como para consumidores, demonstrando toda a disponibilidade da DRAPCentro.

Manuela Veloso (CDSS) - Salientou a importância do eixo social neste programa, demonstrou a disponibilidade total das técnicas de serviço social, afirmando que a intervenção destas é essencial, pois encontrando-se estas no terreno conhecem o território e todos os seus problemas. Deu diversos exemplos de projectos que podem estar associados a este eixo, como projectos direccionados a refugiados, a criação de espaços para ajudar crianças a estudar, a concepção de espaços culturais para pessoas que se encontrem em isolamento, a formação para a capacitação de economia doméstica para pessoas que estão em sistema de subsídios sociais, e o apoio psicológico a pessoas em isolamento social.

Comentários no facebook:

1º comentário facebook - Luz Pedroso

Uma pena não estar incluído o Ministério da Educação...

2º comentário facebook - Pedro Quintas

quem é o elo de ligação a nível da região centro?!

3º comentário facebook - Sara Rocha

No caso do critério de elegibilidade 3, devemos colocar o nº de pessoas conhecido naquele território em particular visado pelo projeto? É preciso indicar fonte?

4º comentário facebook - Sara Rocha

Quanto ao território visado: em vez de ser uma rua, bairro ou freguesia, pode ser o território abrangido por um conjunto de organizações, ou seja, o território que corresponde ao conjunto dos beneficiários de um conjunto de organizações?

5º comentário facebook - Sara Rocha

Entendo pelo que disse o projeto financia bens alimentares?

6º comentário facebook - Ana Braziao

Intervenção em território alargado como um concelho ou região é motivo de exclusão?

7º comentário facebook - Ana Braziao

os beneficiários diretos têm que ser identificados em candidatura, ou numa primeira fase podem ser identificadas características dos potenciais beneficiários

8º comentário facebook - Luz Pedroso

Pode ser um projeto dirigido a uma população específica, como crianças e jovens com doença crónica (cancro), para ajudar na reconstrução ou melhoramento da sua casa... apoio pedagógico quando têm de estar em casa? Isto abrangendo um território mais alargado...

9º comentário facebook - Serviço Educativo JACC

Boa tarde! Parabéns pela belíssima iniciativa. É possível obter os endereços electrónicos das entidades/interlocutores do ponto focal regional (ARS, Seg Social, IEPF) ou os esclarecimentos devem ser procurados através do "geral" dos Bairros Saudáveis?

10º comentário facebook - Sara Rocha

Quanto ao território visado: em vez de ser uma rua, bairro ou freguesia, pode ser o território abrangido por um conjunto de organizações, ou seja, o território que corresponde ao conjunto dos beneficiários de um conjunto de organizações? Por exemplo, se forem 3 organizações que prestam apoio alimentar (POAPMC), sendo o território visado aquele abrangido pelos destinatários daquele apoio.

11º comentário facebook - Pedro Quintas

Os departamentos de saúde pública já têm diagnósticos de situação de saúde atualizados... e com necessidades prioritizadas... a saúde mental... apostar na literacia em saúde, unidades móveis para facilitar acesso às pessoas idosas

12º comentário facebook - Associação Prosaudesc

Boa tarde Este programa pode ser complementado com outros ex. do IEPF ?

13º comentário facebook - Luz Pedroso

Projetos por freguesias... acho que depende do número de habitantes, existem freguesias com poucos habitantes, no interior é uma realidade... existe abertura para outros contextos, desde que a população alvo seja justificada?

14º comentário facebook - Associação Prosaudesc

O financiamento máximo é 50.000,00 euros. Mas um projecto que ultrapasse este valor e que seja complementado com outros financiamentos são considerados ?

15º comentário facebook - Cristina Correia

Boa tarde, o preenchimento do questionário participativo com a identificação do território é um pré-requisito necessário para que uma candidatura seja considerada (para além dos critérios de elegibilidade)?

16º comentário facebook - Associação Prosaudesc

Em termos geográfico, para uma Associação que tem sede num Concelho, pode desenvolver projectos noutra Concelho?

17º comentário facebook - Sara Rocha

Existe espaço para colocar anexos com informação complementar?

18º comentário facebook - Manuel Tinoco Ribeiro

Pode-se intervir numa aldeia onde a maior parte dos habitantes são idosos?

Pode o projeto envolver bairros de concelhos distintos mas com a mesma problemática?

19º comentário facebook - Rosário Moura Pinheiro

Pertenço a uma associação cultural, na área da música. Posso candidatar um projeto de criação de oportunidades culturais participativas e inclusivas para a comunidade de determinado território?

20º comentário facebook - Cristina Correia

No que respeita à melhoria de equipamentos culturais ou de relevância comunitária, o que pode ser incluído?

21º comentário facebook - Luz Pedroso

uma associação com sede num pequeno concelho, mas com trabalho já desenvolvido com crianças com cancro num hospital pode ser?

22º comentário facebook - Cristina Correia

No que respeita à melhoria de equipamentos culturais ou de relevância comunitária, o que pode ser incluído?

23º comentário facebook - Rosário Moura Pinheiro

Uma faculdade pode ser entidade parceira? No sentido que professores e estudantes possam colaborar como voluntários num determinado projeto?

24º comentário facebook - Sara Rocha

As entidades a que pertencem os membros da coordenação regional podem ser parceiros?

25º comentário facebook - Sara Rocha

OK! Vou ler bem o regulamento então 😊 Obrigada pela iniciativa, muito útil!

26º comentário facebook - Ana Sousa Pereira

Já devem ter falado nisto, mas quantas candidaturas pode uma única entidade apresentar?

Outras intervenções

- Tiago Mota Saraiva fez questão de referir que este é um programa que obrigou a um grande esforço de todos, de todas as equipas envolvidas, para se conseguir colocar em andamento

todas as etapas, que se iniciou em Julho, e para o qual se quer abrir as candidaturas em Outubro e, em Dezembro, estar já a assinar os protocolos.

- Helena Roseta explica que se trata de um programa flexível, que não obriga às regras impostas pelos financiamentos comunitários, é um projecto em que o financiamento será atribuído por tranches, que a prestação de contas vai ser realizada através de relatórios de execução, não vão ser pedidas facturas, a entidade promotora tem que provar que já conseguiu fazer aquilo a que se propôs na candidatura.

- Helena Roseta afirma que o Programa tem previsto a figura dos Mentores e que uma entidade pode pedir que lhe seja indicada uma dessas pessoas para prestar ajuda em determinada área.